

→ continuação

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

b.3 Impacto no Balanço Patrimonial

A Companhia adotou o método do CPC 48 usando o método de efeito cumulativo e como resultado não aplicou os requerimentos do CPC 48 para o período comparativo. Portanto as informações de 2017 estão apresentadas conforme as informações anteriormente divulgadas e preparadas de acordo com o CPC 38.

A tabela a seguir resume o impacto líquido da transição para o CPC 48.

Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2017, conforme CPC 38

	(22.174)
<i>Impairment adicional reconhecido no exercício de 2018:</i>	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	33.280
Caixa e equivalentes de caixa	568
IRPJ e CSLL diferido	(3.969)

Provisão para perdas em 1º de janeiro de 2018, conforme CPC 48

Os impactos estão apresentados na demonstração do patrimônio líquido e na demonstração do fluxo de caixa.

c. Despesas antecipadas

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como prêmios de seguros, assinaturas de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

d. Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

e. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo. Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

f. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis equipamentos de uso	10 anos
Sistema de comunicação	20 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Software e aplicativos	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos - Desenvolvimento internos (Lei 11.638/07/CPC 04)	5 anos
Software e licenças	5 anos

h. Ágio (*goodwill*)

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mas
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente a aquisição; menos
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.

i. Redução ao valor recuperável do ativo

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que a mesma não consideraria normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

j. Benefícios a empregados

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos que esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período, no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

k. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

l. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• **Passivos contingentes** - São classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

• **Obrigações legais** - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

m. Reconhecimento da receita operacional

As receitas da Companhia são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale alimentação, vale-refeição e vale-transporte.

Receita adquirente

Referem-se às tarifas e taxas cobradas dos Estabelecimentos Comerciais (ECs) pela utilização dos cartões Alelo.

Receita emissor

Referem-se substancialmente às tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização de benefícios.

Receita de Comissão de vendas

Refere-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Alelo e cobrados do Banco CBSS pela captação/indicação de clientes para o Banco.

A receita é reconhecida pelo regime de competência.

CPC 47: Receita de Contratos com Clientes

Em 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o CPC 47 que estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes:

- Identificação do contrato com o cliente;
 - Identificação das obrigações de desempenho;
 - Determinação do preço da transação;
 - Alocação de preços da transação;
 - Reconhecimento de receita;
- De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

9. Investimento

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos contábeis das controladas diretas apresentavam os seguintes valores.

Empresas	2018		2017		2018		2017		
	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Capital social	Patri-mônio líquido	Resultado do exercício	Quantidade de ações/quotas (mil)	Participação no capital social	Resultado de equivalência patrimonial	
Stelo S.A. (a)	-	(15.162)	109.100	(8.813)	(27.584)	100	70%	-	(27.584)
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo (b)	-	(830)	60.000	24.559	(4.122)	20.000	100%	24.559	(4.122)
Nível S.A. (b)	-	55.932	139.100	50.930	7.364	100	100%	50.930	7.364
Kartra Participações Ltda. (b)	-	19.338	717.910	560.578	(80.825)	294.269	100%	560.578	(80.825)
Ibi Promotora de Vendas Ltda. (b)	-	3.271	30.531	6.062	(46.537)	2.000	100%	6.062	(46.537)
Ágio Ibi Promotora de Vendas Ltda. (b)	-	-	-	-	-	-	-	87.332	-
	-	62.549						729.461	(151.704)

continua →



☆ continuação

(a) Em 14 setembro de 2018, foi efetivada a venda da Stelo S.A. para a empresa Aliança Pagamentos e Participações Ltda. Em 2017, o saldo de investimento na Stelo S.A. está registrado na rubrica de contas a pagar investimento, em virtude do seu patrimônio líquido constar negativo.

(b) Em julho de 2018, houve uma reorganização societária na Companhia e seus investimentos foram transferidos para a sua controladora direta Elo Participações Ltda.

10. Imobilizado

	2018		2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	4.234	(1.428)	2.806	3.439
Móveis e equipamentos de uso	4.001	(1.320)	2.681	2.511
Sistemas de processamento de dados	1.869	(624)	1.245	1.400
Sistemas de comunicação	2.912	(2.107)	805	1.208
Outras Imobilizações	2.395	(1.228)	1.167	1.037
	15.411	(6.707)	8.704	9.595

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	Taxa Anual de Depreciação	Saldo 31.12.2017	Entradas		Saídas		Saldo final 31.12.2018
			Depreciação	Baixas	Depreciação	Saldo final	
Imobilizado de Uso							
Instalações	10%	3.439	172	(355)	(450)		2.806
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.511	628	(85)	(373)		2.681
Sistemas de processamento de dados	20%	1.400	185	–	(340)		1.245
Sistemas de comunicação	20%	1.208	36	–	(439)		805
Outras Imobilizações (a)	20%	1.037	747	(144)	(473)		1.167
Total		9.595	1.768	(584)	(2.075)		8.704

(a) Refere-se a benfeitorias de bens de terceiros.

11. Intangível

	2018		2017	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software e licenças	50.063	(8.064)	41.999	42.938
Marcas e patentes	51	–	51	51
Projetos Corporativos	134.513	(47.509)	87.004	50.325
Ágio - Rentabilidade futura	40.041	(13.157)	26.884	26.883
	224.668	(68.730)	155.938	120.197

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	Taxa Anual de Depreciação	Saldo 31.12.2017	Aquisições		Amortização		Saldo final 31.12.2018
			Depreciação	Amortização	Depreciação	Amortização	
Software e licenças	20%	42.937	3.935	(4.873)	–	–	41.999
Marcas e patentes	–	51	–	–	–	–	51
Projetos Corporativos (a)	20%	50.325	50.628	(13.949)	–	–	87.004
Ágio - Rentabilidade futura (b)	–	26.884	–	–	–	–	26.884
Total		120.197	54.563	(18.822)			155.938

(a) Desenvolvimento de novos produtos, contabilizados de acordo com a Lei 11.638. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram realizados testes de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível. (b) O ágio fundamentado com expectativa de rentabilidade futura foi amortizado no prazo, com extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios com expectativa de rentabilidade futura não são amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o CPC 01.

12. Contas a pagar operacionais

Os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados no passivo. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo corresponde a R\$ 2.314.883 (R\$ 2.217.422 em 31 de dezembro de 2017).

Após a utilização dos créditos pelos usuários, os valores utilizados são repassados aos estabelecimentos comerciais, em média, em até 28 dias.

13. Obrigações com portadores

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo é de R\$ 1.492.815 (R\$ 1.591.974 em 31 de dezembro de 2017) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários.

14. Programa de incentivo a vendas

Corresponde à união de esforços entre os canais vendedores e a Companhia para o fornecimento de produtos Alelo, os quais incluem a captação, a análise, o acompanhamento da situação de crédito dos clientes e a liquidação financeira dos saldos a receber.

Em 31 de dezembro de 2018, a posição do Programa de incentivo a vendas é como segue:

	2018		(Despesas)/ Receitas financeiras
	Contas a pagar	Custos operacionais	
Bancos	41.521	(158.248)	3.570
Outros canais vendedores	30.256	(63.874)	(129)
	71.777	(222.122)	3.441

Em 31 de dezembro de 2017, a posição do Programa de incentivo a vendas é como segue:

	2017		(Despesas)/ Receitas financeiras
	Contas a pagar	Custos operacionais	
Bancos	15.499	(145.654)	1.211
Outros canais vendedores	8.867	(63.758)	(343)
	24.366	(209.412)	868

O Programa de Incentivos a Vendas está registrado substancialmente, em custos dos serviços prestados (nota explicativa 24), na linha de despesas com vendas.

15. Salários e encargos

	2018	2017
	Participação nos lucros	22.686
Provisão de férias	9.245	7.242
Encargos - INSS	4.654	3.778
Encargos - FGTS	1.554	1.208
Outros	2.608	2.712
	40.747	36.258
Circulante	40.747	35.008
Não circulante	–	1.250

16. Impostos e contribuições a recolher

	2018	2017
	Provisão de imposto de renda e contribuição social	8.450
PIS	2.601	2.695
COFINS	12.024	12.462
Imposto de renda retido na fonte	917	3.876
Outros tributos a recolher	4.340	3.990
	28.332	33.705

17. Outras contas a pagar

	2018	2017
	Provisões gerais e administrativas	82.165
Provisão de custo dos serviços prestados	34.618	27.530
Provisão de marketing	17.006	2.135
Crédito a cliente (a)	54.493	32.935
Serviços profissionais	9.372	3.982
Desenvolvimento, manutenção e suporte	7.267	7.125
Contas a pagar - partes relacionadas (nota 18)	4.170	9.922
Receita diferida	2.773	3.169
Depósito fiança	139	5.151
Outras contas a pagar	162	17.794
	212.165	119.210
Circulante	211.865	114.059
Não circulante	300	5.151

(a) Valores recebidos de clientes e que foram estornados dos cartões dos usuários e que deverão ser abatidos em faturas futuras dos respectivos clientes, via desconto.

18 Partes relacionadas

	2018		2017	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Caixa e bancos (nota 4)				
Banco Bradesco S.A. - controlador indireto	51.874	–	51.594	–
Banco do Brasil S.A. - controlador indireto	6.508	–	10.796	–
Aplicações financeiras (a) (nota 4)				
Banco Bradesco S.A. - controlador indireto	455.593	49.796	1.929.367	156.456
Banco do Brasil S.A. - controlador indireto	1.703.527	68.700	483.683	24.111
Banco CBSS S.A. - Entidade com controle conjunto	224.433	11.673	156.985	5.238
Contas a receber (b) (nota 5)				
Banco Bradesco S.A. - controlador indireto	141.846	520	200.113	1.906
Banco Bradescard S.A. - controlador indireto	5.838	–	–	–
BB Cartões S.A. - controlador indireto	10.230	–	46.363	2.328
Cielo S.A. - Entidade com controle conjunto	3.049	–	2.491	–
Elo Participações Ltda. - controlador direto	454	–	49	84
Elo Serviços S.A. - Entidade com controle conjunto	1.246	–	62	8.452
Banco CBSS S.A. - Entidade com controle conjunto	625	25	3.764	5.238
IBI Promotora de Vendas Ltda. - Entidade com controle conjunto	297	85	3.098	272
Stelo S.A. - Entidade com controle conjunto	182	251	105.078	6.745
Movera S.A. - Entidade com controle conjunto	733	–	5	148
Kartra Participações Ltda. - Entidade com controle conjunto	–	1	141	10
Nível S.A. - Entidade com controle conjunto	434	–	21	1

Programa de incentivo a vendas (c) (nota 14)

Banco Bradesco S.A. - controlador indireto	(19.300)	(82.506)	(6.201)	(72.155)
BB Cartões S.A. - controlador indireto	(22.221)	(75.742)	(9.298)	(73.499)
Elo Participações Ltda. - controlador direto	(92.121)	–	(67.003)	–
Contas a pagar (d) (nota 17)				
Banco Bradesco S.A. - controlador indireto	(8)	(2.820)	(135)	(1.094)
Banco Bradescard S.A. - controlador indireto	(79)	(2.041)	–	(683)
Banco do Brasil S.A. - controlador indireto	(31)	(3.206)	–	(608)
BB Cartões S.A. - controlador indireto	–	(1.396)	(27)	(2.328)
Cielo S.A. - Entidade com controle conjunto	(146)	(95.414)	(344)	(94.129)
Elo Participações Ltda. - controlador direto	(3.906)	(30.220)	(3.247)	(23.090)
Elo Serviços S.A. - Entidade com controle conjunto	–	(4.419)	–	(8.370)
Stelo S.A. - Entidade com controle conjunto	–	–	(6.169)	–

Contas a pagar operacionais (e) (nota 12)

Banco CBSS S.A. - Entidade com controle conjunto (424.859) – (451.992) –

(a) Refere-se à conta de aplicações financeiras com remuneração atreladas à taxa DI.

(b) Refere-se a valores a receber de pedido de recarga de benefícios nos cartões Alelo, com vencimento máximo de 90 dias.

(c) Valores referentes a programa de incentivo a vendas - PIV calculado de acordo com contratos firmados entre as partes e outras contas a pagar.

(d) Refere-se substancialmente a despesas com compartilhamento de estrutura com a controladora "EloPar" e serviços prestados com a Cielo referente a processamento de aquisição.

(e) Refere-se a contas a pagar operacionais das operações vinculadas ao Banco CBSS S.A.

19. Honorários dos administradores, gratificações e previdência privada

Os honorários dos administradores totalizaram R\$ 1.671 (R\$ 2.158 em 31 de dezembro de 2017) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas com pessoal".

Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Companhia definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para gratificação, não incluindo a Diretoria, é de R\$ 21.819 (R\$ 8.976 em 31 de dezembro de 2017), apropriada ao resultado na rubrica "Despesas com pessoal".

A Companhia dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.268 (R\$ 1.702 em 31 de dezembro de 2017).

20. Passivos contingentes

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a empresa figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

A Companhia é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária, trabalhista e previdenciária.

A composição das contingências é como segue:

	2018	2017
	Trabalhistas e previdenciárias	3.094
Fiscais	36.963	27.203
Cíveis	451	1.118
	40.508	31.540
Circulante	3.545	4.337
Não circulante	36.963	27.203

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	Saldo inicial 31.12.2017	Saldo final 31.12.2018
	Trabalhistas e previdenciárias	3.219
Fiscais	27.203	9.760
Cíveis	1.118	1.028
	31.540	12.719

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui 69 ações trabalhistas no montante de R\$ 2.160 (54 ações no montante de 2.430 em 31 de dezembro de 2017) e 106 ações cíveis no montante de R\$ 1.686 (114 ações no montante de 1.526 em 31 de dezembro de 2017), classificadas pela administração e seus assessores jurídicos como risco de perda possível e para as quais não foram constituídas provisões.

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" e "indenizações" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para

garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base na média móvel apurada dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

b. Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas, ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Companhia.

c. Processos fiscais

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social de R\$ 432.061 (R\$ 735.000 em 2017) é representado por 2.000.000 ações, sendo 1.000.000 de ações ordinárias e 1.000.000 de ações preferenciais.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	2018		2017	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Elo Participações Ltda.	2.000.000	100	2.000.000	100
Total	2.000.000	100	2.000.000	100

b. Aumento de capital

Em 10 de julho de 2018, em Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deliberaram o aumento de capital via reserva de expansão, no montante de R\$ 518.438, passando de R\$ 735.000 para R\$ 1.253.438.

c. Redução de Capital

Em 11 de julho de 2018, houve uma redução de R\$ 821.377 devido à reorganização societária realizada pela Companhia, onde foram realizadas as transferências do controle acionário das empresas Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda., Nível S.A., Kartra Participações Ltda. e Ibi Promotora de Vendas Ltda., para a sua controladora direta Elo Participações Ltda., reduzindo assim os seus investimentos, vide nota explicativa 9.

d. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dessa reserva é de R\$ 110.151 (R\$ 110.151 em 2017).

e. Reserva estatutária de expansão

Em razão da manutenção da expectativa de crescimento da Companhia e das projeções realizadas para os negócios no corrente ano, a Companhia entende necessária a criação da reserva de expansão. A administração acredita que o fortalecimento do capital de giro proporcionado por esta retenção conferirá maior estabilidade financeira nas suas operações.

Conforme determinação dos acionistas, os lucros não distribuídos a partir de 2011 são destinados à reserva de expansão, e em 2018 a reserva apresenta um saldo de R\$ 285.274 (R\$ 836.526 em 2017).

→ continuação

24. Custo dos serviços prestados

	2018	2017
Despesas com vendas	(226.803)	(211.686)
Captura e processamento	(137.656)	(138.189)
Emissão e personalização	(17.072)	(10.240)
Entrega e distribuição	(15.174)	(10.493)
Implantações de clientes	(17.633)	(6.104)
Central de atendimento	(36.067)	(29.195)
Custos com logística	(2.514)	(219)
Manutenção e sustentação	(22.914)	(15.679)
Antecipação de recebíveis	(5.975)	(5.932)
Fee bandeira	(5.497)	(9.265)
Outros custos	(5.339)	(3.989)
Créditos tributários	29.981	22.175
	(462.663)	(418.816)

No exercício de 2018, as despesas com vendas passaram a ser classificadas na linha de custo dos serviços prestados, anteriormente, sendo informada na demonstração do resultado em despesas operacionais.

25. Despesa com pessoal

	2018	2017
Salários	(87.746)	(80.512)
Gratificação	(24.438)	(17.455)
Encargos	(30.442)	(26.455)
Benefícios	(25.745)	(20.254)
Treinamento	(1.561)	(2.825)
Outros	(2.093)	(1.855)
	(172.025)	(149.356)

26. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Infraestrutura	(67.280)	(78.665)
Despesa de marketing	(57.763)	(28.399)
Centro de serviços compartilhados (vide nota 18)	(30.220)	(23.090)
Depreciações e amortizações	(20.897)	(14.227)
Honorários profissionais	(14.473)	(12.651)
Despesas de aluguel e manutenção	(10.815)	(10.853)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(12.116)	(10.399)
Despesas com telefonia	(1.199)	(805)
Despesa de contribuições e doações	(7.114)	(8.192)
Serviços de terceiros	(4.168)	(3.544)
Despesas com material de escritório	(375)	(349)
Tributos e taxas administrativa	(51)	(83)
Outras despesas administrativas	(6.696)	(8.799)
	(233.167)	(200.056)

27. Resultado financeiro

	2018	2017
Antecipação de recebíveis	8.810	164.762
Fundos de investimento	107.819	190.008
Aplicações financeiras	26.688	6.963
Programa incentivo de vendas (nota 14)	15.641	17.435
Atualizações monetárias	2.669	9.295
Varição cambial positiva	16.329	9.523
Juros e multas recebidos	7.700	9.074
Outras receitas	1.087	1.225
Total de receitas financeiras	186.743	408.285
Deduções e Bonificações	(196.395)	(198.123)
Programa incentivo de vendas (nota 14)	(12.200)	(16.567)
Atualização monetária	(4.794)	(5.221)
Varição cambial negativa	(15.976)	(9.042)
Despesas bancárias	(5.606)	(4.791)
Outras despesas	(9.823)	(23.734)
Total de despesas financeiras	(244.794)	(257.478)
Resultado financeiro	(58.051)	150.807

28. Gestão de Riscos**a) Contexto Operacional**

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança e à Presidência da Companhia. Esse modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na controladora direta "EloPar" de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto a alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da Companhia. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Companhia dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

b) Risco de Crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A missão das Diretorias de Finanças e de Governança é analisar, mensurar, aprovar e controlar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para a Companhia. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável.

A Companhia dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

c) Risco de Mercado e Liquidez

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

A Companhia dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da companhia, bem como o cumprimento de suas obrigações.

d) Risco Operacional

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da instituição. A existência da Área está alinhada às melhores práticas de mercado, políticas internas da "EloPar" controladora da Companhia.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

o, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a

29. Obrigações e compromissos

a. Serviço de captura de transações - Prestação de serviços de captura de transações, afiliações a estabelecimento, prevenção à fraude, controle e liquidação financeira. O contrato tem prazo de vigência indeterminado, sendo as condições financeiras restabelecidas anualmente.

b. Serviço de processamento de transações com cartões Companhia - Prestação de serviços de processamento e autorização das transações dos cartões Alelo. O contrato iniciou-se em 24 de março de 2006.

c. Serviço de emissão de cartões Companhia - Processo de emissão e personalização dos cartões.

d. Logística de entrega e transporte de cartões Companhia - Os serviços de transporte incluem a coleta, a entrega e o manuseio de cartões Alelo e Vale Transporte. O prazo de duração do contrato é de 12 meses contados de sua assinatura, renovado automaticamente por períodos iguais sucessivos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por quaisquer das partes.

30. Cobertura de seguros

A Companhia mantém política de cobertura de seguros com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas pela Administração para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, são como segue:

Tipo	Importância segurada
Predial	15.690
Responsabilidade Civil	142

31. Regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, as atividades exercidas pela Companhia estão sujeitas à regulação e supervisão do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação complementar editada pelo próprio BACEN. Neste sentido, a Companhia deverá atentar-se ao fiel cumprimento de regras que abrangem a gestão de riscos, níveis mínimos de Patrimônio Líquido, dentre outros requisitos semelhantes aos de Instituição Financeira. A Companhia tomou todas as providências necessárias para adequação à legislação do BACEN, visando estar em plena conformidade no momento da concessão da autorização de funcionamento pelo BACEN.

Em complemento às demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia estará sujeita à divulgação, a partir da autorização de funcionamento emitida pelo BACEN, das Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com o conjunto de critérios, procedimentos e regras contábeis consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, o qual diverge de algumas práticas adotadas atualmente.

A Companhia realizou o protocolo do pedido de autorização e aguarda manifestação do BACEN.

Conselho de Administração	
Rogério Magno Panca Presidente	Marcelo de Araújo Noronha Vice-Presidente
<p>Antônio Gustavo Matos do Vale; Francisco José Pereira Terra; Vinicius Urias Favarão; Fabiano Macanhon Fontes; Artur Omuro</p>	
Diretoria	
<p>Cesario Narihito Nakamura - Diretor-Presidente Esther Dalmas Diretora</p>	
Contador	
<p>Marcos Antônio Ribeiro dos Santos - CRC1SP225353/O-0</p>	

tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 28 de março de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF n.º 07.043.628/0001-13 - NIRE n.º 35.3.003537-49

Registro CVM n.º 2353-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas da **CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.** a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que se realizará na sede social da Companhia, situada na Rua Henri Dunant, nº 780 – Torre B (2º andar lado José Áureo Bustamante - Sala), Santo Amaro, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04709-110, no dia 29 de abril de 2019, às 14:00horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2018; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2018; **II. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (iii) fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2019. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 26 de abril de 2019, até às 17h30min. (b) A proposta da administração e a documentação, relativas aos itens da ordem do dia, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia. São Paulo-SP, 29 de março de 2019. Oscar von Hauske Solis - Presidente do Conselho de Administração.

Tekno S.A. - Indústria e Comércio

Companhia Aberta – CNPJ 33.467.572/0001-34

Editais de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

São convocados os acionistas a se reunirem em AGO, a se realizar no dia 29/04/19, às 14 hs, na sede social, na Rua Alfredo Mário Pizzotti, 51, nesta capital, a fim de deliberar: **a)** Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores, relativos ao exercício encerrado em 31/12/18; **b)** Fixação da verba anual da remuneração dos administradores; **c)** Definição do número membros e eleição do Conselho de Administração; **d)** Instalação do Conselho Fiscal. Os senhores acionistas deverão comparecer à assembleia com seus documentos de identidade. Os representantes legais e procuradores dos acionistas deverão também comprovar a legitimidade da representação até 3 dias antes da assembleia, na sede social da Companhia. A Companhia adotará para esta Assembleia procedimento de voto à distância, conforme previsto na Instrução CVM 481/09, permitindo que seus acionistas enviem, por meio de seus respectivos agentes de custódia ou instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou diretamente à Companhia, Boletim de Voto a Distância, conforme disponibilizado pela Companhia juntamente com os demais documentos a serem discutidos na Assembleia. O percentual mínimo do capital social votante necessário à requisição da adoção do procedimento de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% , de acordo com a Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, devendo ser referido procedimento requisitado em até 48 hs antes da Assembleia Geral. São Paulo, 28/03/19. **Fernando Antonio Albino de Oliveira - Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2019)**

Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 60.537.263/0001-66 - NIRE 35.300.370.406

Editais de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária ("AGE")

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. ("Companhia"), para se reunirem em AGE, nos termos do artigo 124, da Lei nº 6.404/76, conforme em vigor ("Lei das S.A."), a realizar-se na sede da Companhia, situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, bloco 3, 2º andar, São Paulo/SP, às 10hs do dia 05/04/2019, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia:** (1) a realização da nona emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória adicional, a ser convalidada em espécie com garantia real, e com garantia fidejussória adicional ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) ("Oferta"); (2) a autorização para a outorga, pela Companhia e por suas subsidiárias, de garantias vinculadas à Emissão; (3) a orientação do voto da Companhia na reunião de sócios das subsidiárias da Companhia que deliberem a outorga de garantias vinculadas à emissão; (4) a autorização para a Companhia (i) celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta; (ii) prestadores de serviços para a Emissão e a Oferta; e (5) a ratificação de todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. Todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na AGE ora convocada encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia. São Paulo, 27/03/2019. **Helio Francisco Alves Cerqueira - Presidente do Conselho de Administração.**

